

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.071
Preferenciais	0
Total	1.071
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	23/04/2018	Ordinária		9,51835
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	23/04/2018	Ordinária		40,92030

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	233.037	224.512
1.01	Ativo Circulante	218.549	184.974
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.939	24.776
1.01.03	Contas a Receber	156.341	154.195
1.01.03.01	Clientes	17.476	17.561
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	138.865	136.634
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	138.865	136.634
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.223	4.735
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.223	4.735
1.01.07	Despesas Antecipadas	70	271
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	976	997
1.01.08.03	Outros	976	997
1.02	Ativo Não Circulante	14.488	39.538
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.014	13.365
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.130	10.483
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.130	10.483
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.884	2.882
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.884	2.882
1.02.03	Imobilizado	2.702	346
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.702	346
1.02.04	Intangível	6.772	25.827
1.02.04.01	Intangíveis	6.772	25.827
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.012	5.820
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.760	20.007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	233.037	224.512
2.01	Passivo Circulante	39.459	47.901
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.293	7.730
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.293	7.730
2.01.02	Fornecedores	7.314	9.465
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.314	9.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.674	4.979
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.904	3.307
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.904	3.307
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.770	1.672
2.01.05	Outras Obrigações	16.178	23.195
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.915	1.239
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.915	1.239
2.01.05.02	Outros	13.263	21.956
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	3.933	3.378
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	447	9.704
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	217	208
2.01.05.02.07	Juros sobre Capital Próprio	8.666	8.666
2.01.06	Provisões	0	2.532
2.01.06.02	Outras Provisões	0	2.532
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	0	2.532
2.02	Passivo Não Circulante	3.806	3.729
2.02.04	Provisões	3.806	3.729
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.806	3.729
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.081	1.185
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.725	2.544
2.03	Patrimônio Líquido	189.772	172.882
2.03.01	Capital Social Realizado	107.543	107.543
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	113.652	113.652
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-6.109	-6.109
2.03.04	Reservas de Lucros	65.339	65.339
2.03.04.01	Reserva Legal	21.508	21.508
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	43.831	43.831
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.890	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	79.165	76.585
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.589	-45.797
3.03	Resultado Bruto	27.576	30.788
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.347	-5.337
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.744	-5.510
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.443	-4.933
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-301	-560
3.04.02.03	Tributárias	0	-17
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	397	173
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.229	25.451
3.06	Resultado Financeiro	3.527	2.782
3.06.01	Receitas Financeiras	3.917	7.324
3.06.02	Despesas Financeiras	-390	-4.542
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.756	28.233
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.866	-9.536
3.08.01	Corrente	-513	-7.582
3.08.02	Diferido	-8.353	-1.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.890	18.697
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.890	18.697
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	14,9205	16,5168
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	14,9205	16,5168

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	16.890	18.697
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.890	18.697

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	61.732	54.253
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.954	51.118
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	16.890	18.697
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	20.693	23.241
6.01.01.03	Baixa do Ativo Permanente	0	6
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8.353	1.954
6.01.01.05	Juros e variações monetárias de debêntures	0	2.195
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e impostos	0	4
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	453	98
6.01.01.08	Variação monetária e juros s/ credores pela concessão	56	989
6.01.01.09	Resultado financeiro com ajuste a valor presente	2	753
6.01.01.11	Provisão para manutenção em rodovias	18.258	9.893
6.01.01.12	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	0	-1.292
6.01.01.13	Receitas financeiras com mútuo entre partes relacionadas	-2.751	-5.420
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-222	3.135
6.01.02.01	Contas a receber	85	957
6.01.02.03	Despesas antecipadas	198	26
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-3.076	1.293
6.01.02.05	Fornecedores	-2.085	-1.055
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	1.612	225
6.01.02.07	Obrigações sociais	563	747
6.01.02.08	Obrigações fiscais	2.551	4.584
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-2	27
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	190	62
6.01.02.12	Credores pela concessão	-20	-25
6.01.02.13	Contas a receber - partes relacionadas	108	-24
6.01.02.14	Outras contas a pagar	9	786
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-4.281
6.01.02.16	Outros créditos	21	-21
6.01.02.17	Utilização da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-376	-166
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.276	28.842
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado	-2.661	-215
6.02.04	Adições ao intangível	-21.615	-19.639
6.02.06	Valor resgatado de operações financeiras vinculadas	0	60.383
6.02.07	Aplicações financeiras vinculadas	0	-11.687
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.293	-98.094
6.03.02	Pagamentos - juros	0	-111
6.03.03	Pagamento de principal - debêntures	0	-63.334
6.03.04	Pagamento de juros - debêntures	0	-25.229
6.03.05	Pagamento de credores pela concessão	-9.293	-13.724
6.03.06	Pagamento de Principal - empresas ligadas	0	34.500
6.03.07	Distribuição de Juros s/ capital próprio	0	-9.942
6.03.11	Pagamento de dividendos	0	-20.254
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.163	-14.999

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.776	22.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.939	7.462

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.543	0	65.339	0	0	172.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.543	0	65.339	0	0	172.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.890	0	16.890
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.890	0	16.890
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	107.543	0	65.339	16.890	0	189.772

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.543	0	21.281	16.825	0	145.649
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.543	0	21.281	16.825	0	145.649
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-20.254	0	-20.254
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.254	0	-20.254
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.697	0	18.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.697	0	18.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	107.543	0	21.281	15.268	0	144.092

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	86.964	83.775
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	84.783	80.510
7.01.02	Outras Receitas	2.181	3.265
7.01.02.01	Receitas acessórias	848	586
7.01.02.02	Receitas de serviços de construção	1.333	2.679
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.671	-21.812
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.206	-6.073
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.777	-2.071
7.02.04	Outros	-20.688	-13.668
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-1.333	-2.679
7.02.04.02	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-18.258	-9.893
7.02.04.03	Outros	-1.097	-1.096
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.293	61.963
7.04	Retenções	-20.693	-23.241
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.693	-23.241
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.600	38.722
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.917	7.324
7.06.02	Receitas Financeiras	3.917	7.324
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.517	46.046
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.517	46.046
7.08.01	Pessoal	5.720	5.854
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.533	4.589
7.08.01.02	Benefícios	744	728
7.08.01.03	F.G.T.S.	443	537
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.470	16.965
7.08.02.01	Federais	12.194	12.914
7.08.02.02	Estaduais	9	0
7.08.02.03	Municipais	4.267	4.051
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	437	4.530
7.08.03.01	Juros	0	2.199
7.08.03.02	Aluguéis	234	372
7.08.03.03	Outras	203	1.959
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.890	18.697
7.08.04.02	Dividendos	0	3.429
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.890	15.268

Comentário do Desempenho



Sertãozinho/SP, 10 de maio de 2018 - A Vianorte S.A. comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2018, período encerrado em 31 de março de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T18 foi de 8,8 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 3,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal situação reflete a retomada da economia em 2018, com aumento de 3,0% de veículo leve e 1,7% de aumento de veículo pesado quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Quando comparada ao 4T17, a Companhia apresentou retração 7,3%, pelo fato do 1T18 ser um período entre safra da cana-de-açúcar, e, com isso, ocorre uma queda no tráfego pesado. Além disso, no final do ano (4T17), geralmente há um aumento no tráfego de veículos leves, em virtude do período de férias escolares.

Receita Operacional Bruta

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T18 de R\$ 86,6 milhões, apresentando aumento de R\$ 3,0 milhões ou 3,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo que o principal motivo se refere à receita de pedágio, onde observa-se crescimento de 5,3% reflexo do reajuste das tarifas de pedágio realizado em julho/17 em 1,57%, e do aumento do tráfego pedagiado, conforme mencionado acima;
- Quando comparada ao 4T17 houve uma queda de R\$ 8,9 milhões, ou 9,3%. A queda apresentada decorre principalmente da Receita de Pedágio, devido à queda no tráfego, conforme mencionado acima.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas

- Os custos e despesas totais no 1T18 (excluído depreciação e amortização) apresentaram um aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior de 29,9% (R\$ 8,3 milhões). Essa variação refere-se principalmente a valores realizados a maior entre os períodos em provisão de manutenção, com destaque para as obras de intervenção de pavimento nas rodovias SP322 (3ª Intervenção) e SP330 (5ª Intervenção);
- Em relação ao 4T17 aumentaram 42,2%, com destaque para conta de Despesas Administrativas, em função da alteração de prognóstico, em novembro de 2017, referente ao pagamento da multa discutida na Ação movida pelo Município de Sales Oliveira no valor de R\$11,7 milhões, em Novembro de 2017.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- Em relação ao 1T17, o EBITDA diminuiu 11,8%, principalmente em razão do aumento na rubrica provisão de manutenção justificado acima. O EBITDA ajustado aumentou 4,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, justificados principalmente pelo aumento na receita de pedágio.
- Em relação ao 4T17, o EBITDA apresentou uma queda de 30,8% e o EBITDA ajustado apresentou queda de 20,2%, devido principalmente pela queda de receita de pedágio e pela variação nas despesas administrativas em 2017.

Resultado Financeiro

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 3,5 milhões, representando um aumento de 26,8%, ou R\$ 1,0 milhão em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse aumento refere-se principalmente à liquidação dos contratos das Debentures e Finame no exercício de 2017.

Comentário do Desempenho



Lucro Líquido

- A Companhia obteve lucro de R\$ 16,9 milhões no 1T18, apresentando uma redução de 9,7% se comparado ao mesmo período do ano anterior e 43,2% em relação ao 4T17, em razão das variações previamente apresentadas.

Investimentos

- Foram investidos R\$2,0 milhões no 1T18 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia desembolsou R\$22,3 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), dentre outras.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
Vianorte	8.763.362	9.450.073	8.447.746	-7,3%	3,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	86.567	95.472	83.602	-9,3%	3,5%
Receitas de pedágio	84.783	91.704	80.510	-7,5%	5,3%
Receitas de obras	1.333	3.284	2.679	-59,4%	-50,2%
Receitas acessórias	451	484	413	-6,8%	9,2%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.402)	(7.998)	(7.017)	-7,5%	5,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	79.165	87.474	76.585	-9,5%	3,4%
CUSTOS E DESPESAS	(36.243)	(25.481)	(27.893)	42,2%	29,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.610)	(12.451)	(10.236)	-6,8%	13,4%
Custo dos serv. de construção	(1.333)	(3.284)	(2.679)	-59,4%	-50,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.138)	5.127	(4.681)	-200,2%	9,8%
Remuneração da administração	(301)	(310)	(560)	-2,9%	-46,3%
Despesas tributárias	-	-	(17)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(18.258)	(14.673)	(9.893)	24,4%	84,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	397	110	173	260,9%	129,5%
EBITDA	42.922	61.993	48.692	-30,8%	-11,8%
Margem EBITDA	54,2%	70,9%	63,6%		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(20.693)	(24.810)	(23.241)	-16,6%	-11,0%
Depreciação de imobilizado	(305)	(236)	(252)	29,2%	21,0%
Amortização do intangível	(20.388)	(24.574)	(22.989)	-17,0%	-11,3%
RESULTADO FINANCEIRO	3.527	2.511	2.782	40,5%	26,8%
Receitas financeiras	3.917	3.195	7.324	22,6%	-46,5%
Despesas financeiras	(390)	(684)	(4.542)	-43,0%	-91,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	25.756	39.694	28.233	-35,1%	-8,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.866)	(9.940)	(9.536)	-10,8%	-7,0%
Corrente	(513)	(2.854)	(7.582)	-82,0%	-93,2%
Diferido	(8.353)	(7.086)	(1.954)	17,9%	327,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.890	29.754	18.697	-43,2%	-9,7%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
EBITDA ¹	42.922	61.993	48.692	-30,8%	-11,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	18.258	14.673	9.893	24,4%	84,6%
EBITDA Ajustado ²	61.180	76.666	58.585	-20,2%	4,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas

VIANORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Attílio Balbo km 327,5. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 009/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Attílio Balbo/Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo de Rerratificação do termo Aditivo e Modificativo nº 15/14 assinado em 21 de março de 2018, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais dezenove dias sem alteração do valor do ônus fixo.

Da mesma forma, por meio do Termo Aditivo Modificativo nº16/18 de 23 de março de 2018, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais cinquenta e três dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de maio de 2018.

Em 28 de março de 2017 foi publicada no diário Oficial do Estado de São Paulo, ata da sessão pública referente à concorrência Pública Internacional nº 03/2016 para concessão da prestação dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário que integra o lote denominado Centro - Oeste Paulista, onde se encontra o trecho atual da Sociedade. Esta ata declara vencedora dessa concorrência pública outra licitante que não pertence ao Grupo Arteris. Com isso, a Sociedade, que tem seu prazo estimado para término em 17 de maio de 2018, está provisionando os passivos necessários para cumprir com suas obrigações no final dessa concessão.

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, além das citadas acima.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

2. CONCESSÕES

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

Em 31 de março de 2018 a Sociedade não apresenta valores referente a investimentos para melhorias na infraestrutura (R\$11.068 em 31 de dezembro de 2017), e de recuperações e manutenções (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2017) cumprindo com as obrigações do final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Ativos e passivos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Notas Explicativas

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	24.776	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	17.561	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	136.634	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos recebíveis	997	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	12.843	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	9.905	Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	9.704	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	208	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

A Sociedade tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de *impairment*

O CPC 47 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	31.03.2018	31.12.2017
Caixa e contas bancárias	1.987	2.386
Aplicações financeiras (*)	50.952	22.390
Total	52.939	24.776

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,47% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõem os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo de Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	16.794	17.028
Cupons de pedágio a receber	191	1
Cartões de pedágio a receber	489	531
Outras receitas a receber	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>17.476</u>	<u>17.561</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 21 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.756	28.233
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(8.757)	(9.599)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	<u>(109)</u>	<u>63</u>
Total	<u>(8.866)</u>	<u>(9.536)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(513)	(7.582)
Diferido	<u>(8.353)</u>	<u>(1.954)</u>
	<u>(8.866)</u>	<u>(9.536)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Provisão de participação nos lucros	1.777	1.579
Riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios (a)	3.806	3.729
Outras provisões	682	511
Provisão para manutenção de rodovias	-	2.532
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	-	21.041
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	18.723	18.723
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(18.723)	(17.283)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>6.265</u>	<u>30.832</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>2.130</u>	<u>10.483</u>

- a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- b) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa é de que a totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, ocorrerá em 2018.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2017	4.506	200	96	4.802
Adições	149	2.512	-	2.661
Saldo em 31.03.2018	<u>4.655</u>	<u>2.712</u>	<u>96</u>	<u>7.463</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2017	(4.210)	(151)	(95)	(4.456)
Depreciações	(235)	(36)	-	(271)
Transferências/reclassificações	(6)	6	-	-
Alienações/baixas	(34)	-	-	(34)
Saldo em 31.03.2018	<u>(4.485)</u>	<u>(181)</u>	<u>(95)</u>	<u>(4.761)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2017	296	49	1	346
Saldo em 31.03.2018	170	2.531	1	2.702
Taxas de depreciação - a.a.	4%	93%	1%	

Notas Explicativas

	Vianorte S.A.			
	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2016	4.273	-	96	4.369
Adições	25	190	-	215
Alienações/baixas	(116)	-	-	(116)
Saldo em 31.03.2017	<u>4.182</u>	<u>190</u>	<u>96</u>	<u>4.468</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2016	(3.171)	-	(94)	(3.265)
Depreciações	(224)	(26)	(1)	(251)
Alienações/baixas	111	-	-	111
Saldo em 31.03.2017	<u>(3.284)</u>	<u>(26)</u>	<u>(95)</u>	<u>(3.405)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2016	1.102	-	2	1.104
Saldo em 31.03.2017	898	164	1	1.063
Taxas de depreciação - a.a.	13%	100%	20%	

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2017	562.338	254.971	60.326	3.497	-	881.132
Adições	1.333	-	-	-	-	1.333
Alienações/baixas	(602)	-	-	-	-	(602)
Saldo em 31.03.2018	<u>563.069</u>	<u>254.971</u>	<u>60.326</u>	<u>3.497</u>	<u>-</u>	<u>881.863</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(544.660)	(249.151)	(58.125)	(3.369)	-	(855.305)
Amortizações	(14.467)	(4.146)	(1.711)	(98)	-	(20.422)
Alienações/baixas	602	-	-	34	-	636
Saldo em 31.03.2018	<u>(558.525)</u>	<u>(253.297)</u>	<u>(59.836)</u>	<u>(3.433)</u>	<u>-</u>	<u>(875.091)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	17.678	5.820	2.201	128	-	25.827
Saldo em 31.03.2018	4.544	1.674	490	64	-	6.772
Taxas de amortização - a.a.	1%	1%	1%	2%		

Notas Explicativas

	Vianorte S.A.				
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	555,147	254,971	60,326	3,448	-
Adições	2,680	-	-	-	5
Alienações/baixas	(20)	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2017	<u>557,807</u>	<u>254,971</u>	<u>60,326</u>	<u>3,448</u>	<u>5</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(483,721)	(225,869)	(49,329)	(2,906)	-
Amortizações	(14,862)	(5,821)	(2,199)	(108)	-
Alienações/baixas	19	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2017	<u>(498,564)</u>	<u>(231,690)</u>	<u>(51,528)</u>	<u>(3,014)</u>	<u>-</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	71,426	29,102	10,997	542	-
Saldo em 31.03.2017	59,243	23,281	8,798	434	5
Taxas de amortização - a.a.	21%	16%	19%	21%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 12.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui nenhum indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

Notas Explicativas**10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 31 de março de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	138.864	136.525
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (b)	-	45
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (b)	1	36
ViaPaulista S.A. (b)	-	28
Total	<u>138.865</u>	<u>136.634</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.010	1.190
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	31	31
Intervias S.A. (b)	136	18
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.738	-
	<u>2.915</u>	<u>1.239</u>
<u>Controladora</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	8.666	8.666
	<u>8.666</u>	<u>8.666</u>

	<u>31.03.2018</u>			<u>31.03.2017</u>		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	2.751	(2.794)	-	5.420	(2.752)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(4.689)	-	-	(4.698)	-	-
Total	<u>(4.689)</u>	<u>2.751</u>	<u>(2.794)</u>	<u>(4.698)</u>	<u>5.420</u>	<u>(2.752)</u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

- (a) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Refere-se à rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contrato de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido de 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal em maio de 2018, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
02.05.2013	17.05.2018	CDI + 1,7% a.a.	100.000	38.864	100.000	36.525
			<u>100,000</u>	<u>38,864</u>	<u>100,000</u>	<u>36,525</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$198 (R\$180 em 31 de março de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$129 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$172 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$301 (R\$560 em 31 de março de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no País.

11. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são de R\$1.777 e R\$1.579, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

Notas Explicativas

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

12. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Direito de outorga	-	9.237	-	9.293
Parcela variável (a)	447	467	447	467
Total	447	9.704	447	9.760

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de março de 2018 e de 31 de março de 2017 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$10.592 (R\$9.293 de parcela fixa e R\$1.299 de parcela variável) e de R\$14.963 (R\$13.724 de parcela fixa e R\$1.239 de parcela variável).

13. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis e trabalhistas durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2018
Cíveis	2.544	415	-	(234)	2.725
Trabalhistas	1.185	38	-	(142)	1.081
Total	<u>3.729</u>	<u>453</u>	<u>-</u>	<u>(376)</u>	<u>3.806</u>

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2017
Cíveis	14.107	169	(92)	(143)	14.041
Trabalhistas	1.861	29	(8)	(23)	1.859
Total	<u>15.968</u>	<u>198</u>	<u>(100)</u>	<u>(166)</u>	<u>15.900</u>

Em 2016 a Sociedade provisionou o processo que se refere ao desarquivamento do processo junto ao Município de Sales de Oliveira de Ação Cautelar Inominada em face da Vianorte para impedir o fechamento de variante do KM 348 da SP 330. Por conta da edição de novos acontecimentos administrativos em 2017 relacionados a este processo, a Sociedade, suportada pelos seus advogados internos e externos, revisou o prognóstico e classificou como perda possível, o que totalizou uma reversão da provisão anteriormente constituída no valor de R\$11.701.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$20.058 em 31 de março de 2018 (R\$19.993 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$2.884 (R\$2.882 em 31 de dezembro de 2017), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$2.781 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldo em 31.12.2017	2.532	-
Adições/Reversões	18.258	-
Utilizações	(20.792)	-
Ajuste a valor presente	2	-
Saldo em 31.03.2018	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	52.520	1.404
Adições/Reversões	9.893	-
Utilizações	(16.628)	-
Ajuste a valor presente	753	-
Transferências	1.404	(1.404)
Saldo em 31.03.2017	<u>47.942</u>	<u>-</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2018, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$22.281 (R\$17.943 em 31 de março de 2017).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro 2017 é de R\$113.652, composto por 1.132.038 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$107.543, que representa 1.071.134 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Juros sobre o capital próprio

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa der Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

15. RECEITAS

Estão representadas por:

	31.03.2018	31.03.2017
Receita de serviços prestados	84.783	80.510
Receita de serviços de construção	1.333	2.679
Outras receitas	451	413
	<u>86.567</u>	<u>83.602</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	31.03.2018	31.03.2017
Receita bruta	86.567	83.602
ISSQN	(4.256)	(4.041)
PIS	(560)	(530)
COFINS	(2.584)	(2.446)
Outras deduções	(2)	-
Receita líquida	<u>79.165</u>	<u>76.585</u>

Notas Explicativas**16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.302)	(2.298)
Serviços de terceiros	(840)	(572)
Manutenção de bens e conservação	(421)	(372)
Consumo	(312)	(274)
Transportes	(71)	(105)
Seguros/Garantias	(2)	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(453)	(98)
Comunicação e marketing	(189)	(169)
Indenizações à terceiros	(19)	(231)
Publicações legais	(170)	(171)
Depreciação / Amortização	(305)	(252)
Outros	(359)	(394)
Total	<u>(5.443)</u>	<u>(4.933)</u>
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(3.118)	(2.996)
Serviços de terceiros	(2.667)	(2.562)
Conservação	(3.095)	(1.993)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(256)	(160)
Consumo	(305)	(294)
Transportes	(585)	(585)
Seguros / Garantias	(262)	(305)
Ônus variável	(1.279)	(1.214)
Provisão de manutenção em rodovias	(18.258)	(9.893)
Custos de serviços da construção	(1.333)	(2.679)
Depreciação / Amortização	(17.581)	(17.168)
Amortização da Outorga	(2.807)	(5.821)
Outros	(43)	(127)
Total	<u>(51.589)</u>	<u>(45.797)</u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

17. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	2.751	5.420
Aplicações financeiras	597	1.903
Outras receitas	569	1
Total	<u>3.917</u>	<u>7.324</u>
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	-	(2.199)
Atualização montária do ônus da concessão	(56)	(989)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2)	(753)
Outras despesas	(332)	(601)
Total	<u>(390)</u>	<u>(4.542)</u>

18. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	2.359	1.025
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(22.641)	(17.979)

19. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	31.03.2018	31.03.2017
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	16.890	18.697
Número de ações durante período	1.132	1.132
Lucro por ação	14,9205	16,5168

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

		31.03.2018		31.12.2017	
	Nível	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	52.939	-	24.776	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	17.476	-	17.561
Partes relacionadas	Nível 2	-	138.865	-	136.634
Outras contas a receber	Nível 2	-	976	-	997
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	11.247	-	12.843
Partes relacionadas	Nível 2	-	2.915	-	9.905
Credores pela concessão	Nível 2	-	447	-	9.704
Outras contas a pagar	Nível 2	-	217	-	208
		52.939	172.143	24.776	187.852

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada para todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

21. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações, do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,34%	7,93%	9,51%
Receita de aplicações financeiras	3.181	3.976	4.771
Receita financeira de mútuo (*)	1.824	2.171	2.513
Juros a incorrer CDI líquido (*)	5.005	6.147	7.284
Juros a incorrer líquido	5.005	6.147	7.284

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

Notas Explicativas

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 2 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2018 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$16.794 (R\$17.028 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registradas na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	Total
Partes relacionadas	-	2.915	2.915
Fornecedores e cauções contratuais	-	11.247	11.247
Outras contas a pagar	-	217	217
		<u>14.379</u>	<u>14.379</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2018	Total
Partes relacionadas	-	2.915	2.915
Fornecedores e cauções contratuais	-	11.247	11.247
Outras contas a pagar	-	217	217
		<u>14.379</u>	<u>14.379</u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

23. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	28.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	136.584

(*) Por sinistro

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$43.831, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente foi distribuído o montante de R\$8.666 sob a forma de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses pagamentos foram realizados em 23 de Abril de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Vianorte S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Vianorte S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Continuidade das operações da Sociedade

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Sociedade detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 17 de maio de 2018. Esta situação indica que a Sociedade entrará em um processo de dormência em função do referido assunto. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão em conjunto com a revisão das informações financeiras trimestrais da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais informações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Vianorte S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Março de 2018.

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim
Diretora Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Vianorte S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim
Diretora Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica